

## **CULTURA FOLCLÓRICA: IDENTIDADE E MEMÓRIA DO SABER POPULAR**

Gabriela Arantes Ferreira de Sales<sup>1</sup>  
Maria do Rosário Rolfsen Salles<sup>2</sup>

**Resumo:** O estudo tem por objetivo analisar a cultura folclórica cearense e verificar de que forma a representação cultural popular contribui para reabastecer os laços comunitários e proporcionar autenticidade à atividade turística. As festas e representações públicas nordestinas são realizadas como forma de afirmação do saber popular e com isso criam a possibilidade de acesso aos signos e traços da cultura local, que revelam aspectos simbólicos das relações sociais. Como objeto de estudo, a pesquisa avalia os principais ritos folclóricos do Ceará preservados em folguedos e danças organizados pela própria comunidade e verifica a importância desses eventos para legitimar a atividade turística. A pesquisa é embasada em autores como BUENO (2008) que discorre sobre a importância das festas e manifestações populares para o reabastecimento das alianças sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa que também utilizou como fonte de dados, documentos disponibilizados pela Secretaria de Cultura do Ceará, e dados obtidos pela Comissão Cearense de Folclore e pelo Fórum Cearense de Cultura Tradicional Popular. Observa-se que a cultura folclórica cearense é diversificada e difundida no estado, onde as manifestações populares são responsáveis por reaproximar laços, reafirmar a cultura tradicional e potencializar a atividade turística.

**Palavras-chave:** Cultura folclórica; Festas populares; Patrimônio Imaterial; Ceará

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi – e-mail: gabrielasales@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi – e-mail: mrrsalles@uol.com.br

## ***Introdução***

A palavra folclore surgiu dos vocábulos: 'folk', que em inglês, significa 'povo', e 'lore', conhecimento. Assim, folk + lore (folk-lore) quer dizer "conhecimento popular". Fatos folclóricos são as maneiras de pensar, agir e sentir de um povo. Esses saberes são quase sempre transmitidos de geração para geração de forma oral ou através da imitação. No caso do Brasil, o folclore, em sua simplicidade, apresenta traços de todas as regiões do país, se manifestando de várias maneiras. Para alguns estudiosos, como Câmara Cascudo<sup>3</sup>, o folclore compreende as narrativas de lendas e mitos que compõem a memória de um povo. Grande parte dessas histórias são fruto da imaginação e credices da população, notadamente do interior do país, ou narrativas deturpadas ou fantasiosas, oriundas de fatos reais acontecidos, e que à época não podiam ser explicados ou entendidos. Muitas vezes essas narrativas são apropriadas pelas religiões ou pelo poder dominante para determinar regras de comportamento.

O estudo da cultura folclórica se enquadra em um ramo da antropologia que possui relações com outras disciplinas, como a Sociologia e a Etnografia. Os profissionais dessas áreas têm norteado pesquisas de cultura popular nos diversos estados brasileiros de onde vem a grande contribuição no registro dos costumes. A partir da importância do estudo do folclore, no Ceará foi criada, em maio de 1948, a Comissão Cearense de Folclore - CFF, uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo incentivar estudos e pesquisas para a defesa e divulgação das expressões populares objetivando, principalmente, o estímulo a auto-valorização do portador de folclore. O presente trabalho apresenta um estudo sobre a cultura folclórica cearense e busca refletir sobre a representação cultural popular como fator que nutre os laços comunitários e proporciona autenticidade à atividade turística. A pesquisa avalia os principais ritos folclóricos do Ceará preservados em folguedos e danças populares e seu papel para alimentar os vínculos comunitários.

---

<sup>3</sup> Historiador, folclorista, antropólogo, advogado e jornalista brasileiro. Passou toda a vida em Natal e dedicou-se ao estudo da cultura brasileira. Foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Instituto de Antropologia desta universidade tem seu nome. Pesquisador das manifestações culturais brasileiras, deixou uma extensa obra, inclusive o Dicionário do Folclore Brasileiro (1952).

***Patrimônio Cultural Imaterial: reconstrução da memória e identidade***

Preservar a memória de fatos, personagens ou manifestações, por meio de construtos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas, e se apresenta em cada uma delas das mais variadas formas. Estes construtos são considerados enquanto patrimônios, e atualmente são alvos constantes de pesquisas, estudos e ações que visam ao seu desenvolvimento, com um aproveitamento maior por parte da sua população, e posteriormente por parte dos turistas (GOMES, 2008, pg. 167).

Os princípios do que se pensa hoje como patrimônio se consolidaram na França do século XIX, quando pela primeira vez foi utilizado o moderno conceito de patrimônio. Motivada pelas idéias do Iluminismo e com o objetivo de impedir o vandalismo que em alguns períodos acompanhou a Revolução Francesa, surgiu no país uma visão idealizada dos monumentos históricos, que foi apoiada jurídica e institucionalmente. A definição primária de patrimônio ainda usada nos dias para classificar os bens patrimoniais é originária da idéia de monumentos históricos. Desta maneira, o termo patrimônio foi, durante muito tempo, associado unicamente a coisas corpóreas em detrimento da porção imaterial que compunha a cultura de um lugar (GOMES, 2008, pg. 167). Porém, durante a Revolução Francesa, a concepção se estendeu às obras de arte relacionadas aos testemunhos do saber humano. Assim, “os monumentos históricos, os saberes e as práticas que os rodeiam, institucionalizaram-se com a criação dos primeiros instrumentos de preservação – museus e inventários” (SANT’ANNA, 2003, p. 47). Neste momento surgiu e consolidou-se a idéia de patrimônio nacional, que passou a incluir tanto os bens materiais quanto os imateriais.

Essa nova percepção não surgiu, contudo, de uma reflexão européia e ocidental, mas da prática de preservação oriunda de países asiáticos e do chamado Terceiro Mundo, cujo patrimônio, em grande parte, é constituído de criações populares anônimas, não tão importantes em si por sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais, bem como de um modo específico de relacionamento com o meio ambiente (SANT’ANNA, 2003, p. 49).

Para Cecília Londres (1997), esta idéia nacionalista garantiu o estatuto ideológico do patrimônio, sendo o Estado Nacional o responsável pela garantia de sua preservação. A noção de patrimônio estaria inserida em um projeto de construção de

uma identidade nacional, servindo como apoio à consolidação dos Estados nação. Entretanto, o mundo ocidental começou realmente a considerar uma visão ampla dos bens patrimoniais em 1972, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Como consequência desta e de outras reivindicações, somente em 1989, durante a XXV Conferência da Unesco, em Paris, o conceito de patrimônio cultural imaterial abarcou efetivamente a cultura tradicional e popular, fazendo menção de tratamento especial às culturas que não são dominantes, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular<sup>4</sup> (GOMES, 2008, pg. 168).

Inicia-se então o processo de classificação das diversas formações humanas e culturais, tais como as festas, as danças, as comidas típicas de cada região. Opondo-se ao chamado patrimônio “pedra e cal”, esta concepção passou a visar aspectos da vida social e cultural. A partir de então, o termo patrimônio cultural passou a ser subdividido então entre material e imaterial, referindo-se e englobando o conceito antropológico de cultura enquanto todo fazer humano, desde objetos, conhecimentos, capacidades e valores. Passou-se então a valorizar determinado objeto ou bem patrimonial não apenas pela sua história, ou antiguidade, mas também, e principalmente, apoiando-se em valores e sentimentos de pertença da população em relação ao bem. Vale aqui destacar que tais sentimentos inúmeras vezes não estão ligados a questões monetárias, ou de valor artístico, mas sim por questões muitas vezes subjetivas, mas repletas de sentido.

O patrimônio imaterial<sup>5</sup> passou a ser visto enquanto uma totalidade de culturas, o que ampliou as questões referentes à sua proteção e preservação. A principal razão para se preservar um patrimônio cultural é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material e espiritual, e na garantia do exercício da memória, já que a preservação visa à continuidade das manifestações culturais. Diante

---

<sup>4</sup> Tal documento foi aprovado pela Conferência Geral da Unesco, e recomenda aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução do seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais. Em síntese, instrumentos bem diversos dos comumente utilizados na salvaguarda do patrimônio cultural de natureza material (SANT’ANNA, 2003, p. 50).

<sup>5</sup> A Constituição Federal definiu o patrimônio cultural brasileiro como sendo o conjunto de bens de natureza material e imaterial. Por imaterial compreendem-se “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”<sup>5</sup> conforme expressa o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, lançado pela Presidência da República, em outubro de 2004.

desta concepção mais viva e dinâmica dos patrimônios imateriais, e objetivando a padronização dos estudos e a organização das classificações, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, estabeleceu em 2003 um critério que visou à diferenciação das manifestações culturais, através da seguinte classificação: a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do patrimônio cultural imaterial; b) Artes do espetáculo; c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos; d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza; e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

Em função da preservação do patrimônio imaterial, no estado do Ceará, a Secretaria de Educação do Estado - SECULT, implantou o Centro de Referência Cultural do Estado - CERES. Essa unidade reuniu, de 1975 a 1987, o mais importante acervo documentário da cultura popular cearense. O Governo do Estado também criou a Coordenação de Patrimônio Histórico e Artístico (Copahc), unidade que visa intensificar os instrumentos de reconhecimento e valorização do Patrimônio Imaterial. No ano de 2007, o estado do Ceará foi reconhecido pelo Prêmio Culturas Populares do Ministério da Cultura.

### ***Patrimônio Imaterial e a Atividade Turística***

É comum observar estudos sobre a relação entre patrimônios materiais e imateriais e a atividade turística. A OMT (1998) sugere a seguinte definição sobre patrimônios “patrimonio turístico es el conjunto de bienes materiales e inmateriales que constituyen la materia prima que hace posible el desarrollo del turismo” (NORRILD, 2002, p. 19). Entretanto, o patrimônio imaterial é mais do que um simples atrativo turístico, mas um elemento capaz de destacar, preservar e oferecer subsídios para compreender a identidade cultural de cada comunidade (GOMES, 2008, pg. 168). Segundo Gomes (2008, pg. 169) As referências identitárias são construídas e desconstruídas num processo dialético, fazendo com que não ocorra uma perda, mas uma transformação, um deslocamento de identificações no contato com o outro e com as mais diversas influências externas. Assim, as trocas culturais que ocorrem entre os agentes envolvidos na atividade turística, devem ser definidas pelo respeito pelo outro. Além do contato entre os próprios moradores, este intercâmbio cultural que ultrapassa

os limites geográficos da localidade e que se torna possível através da prática turística, segundo Chaney (*apud* Kuper 2002), evidencia a cultura de cada lugar, de cada grupo de pessoas, e representa a ponte que une os indivíduos e suas identidades coletivas. As trocas culturais são muito representativas e as manifestações tradicionais aos olhos daqueles que vem fora, são fantásticamente percebidas. Muitos visitantes são estimulados a viajarem para presenciarem esses rituais. Muitos turistas ficam maravilhados com a diversidade e a riqueza cultural do Brasil, que muitas vezes pode ser desfrutada através do turismo.

É notável o interesse de governos e empresários turísticos em oferecer aos visitantes a possibilidade de conhecer e apreciar manifestações culturais típicas. Entretanto, é preciso observar que ao se falar em manifestações culturais, o turismo não lida apenas com uma simples mercadoria, mas com uma gama de símbolos e significados que são construídos em busca da formação da identidade do local (GOMES, 2008, pg. 170). Muitas cidades turísticas são reconhecidas por sua arte e tradição cultural e muitas dessas cidades conseguem aquecer sua economia, por meio dos dividendos do turismo. Nesse sentido as festas e tradições culturais tornam-se atrativos de uma oferta diferencial, que pode ajudar no desenvolvimento da economia local. Assim, para que ocorra a interferência positiva, o uso turístico deve buscar maneiras para atuar no sentido do fortalecimento das culturas com as quais se envolve. A relação entre patrimônios culturais e turismo deve fundamentar-se: na existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diversas, e também na possibilidade de que o turismo sirva como instrumento de valorização da identidade cultural, através da preservação do patrimônio.

Assumir o patrimônio na sua integridade e diversidade implica na sua reformulação em termos de lastro cultural, expressão de identidades e diferenças, de consensos e conflitos, que permitem identificar os processos que originaram tais bens, assim como sua valorização, articulando-se a densidade histórica com os significados mais recentes, produzindo, portanto, ressignificações que ao se confundem com o uso indiscriminado da visitação turística (RODRIGUES, 2007, p. 24).

Valorizar e promover o patrimônio imaterial significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar-lhes o acesso e o usufruto, contribuindo para o apreço à sua identidade e memória. Rodrigues (2007) indica que as responsabilidades na preservação e manutenção dos patrimônios culturais pertencem ao Estado (enquanto normatizador e

muitas vezes proprietário), do setor privado (enquanto promotor do turismo e por vezes proprietário dos bens patrimoniais), e também da demanda turística e da população residente (GOMES, 2008, pg. 170). Torna-se vital que estes agentes busquem construir uma relação de responsabilidade e compromisso com os bens, e também com as pessoas envolvidas, uma vez que o patrimônio imaterial é mantenedor de sentimento de pertença, identidade e valorização de uma cultura.

São diversas as formas de proteção do patrimônio cultural, desde o inventário e cadastro até o tombamento, passando por normas urbanísticas consolidadas nos planos diretores e leis municipais, até por uma política tributária incentivadora da preservação da memória (GOMES, 2008, pg. 170). Nesse sentido, Gramont (2006) afirma que o pensar e o atuar em relação ao Patrimônio Cultural, bem como em relação ao seu contato e a sua integração com a comunidade onde está inserido, devem construir uma postura de disponibilidade permanente para reflexões e modificações conceituais e práticas como parte de uma construção cultural.

É importante que a comunidade local saiba lidar com a promoção das atividades tradicionais e com o turismo, de forma que os ritos sejam preservados em sua essência. É necessário entender que a representação cultural seja realizada para reafirmar a origem e a memória de um povo e como consequência nutrir os laços sociais dessa comunidade, sem deixar que a interferência externa comprometa a originalidade dessas manifestações.

#### ***A cultura popular representada por festas populares: reafirmação de vínculos sociais***

A atividade turística pode ser observada a partir da troca cultural entre o viajante e o autóctone. Essas trocas são representadas pela transmissão de crenças, tradições e costumes dos que estão “dentro” para aqueles que vêm de “fora” e vice-versa. O intercâmbio realizado através da troca cultural possibilita contato imediato com símbolos e códigos que fazem parte de um mundo da alteridade e possibilita mergulhar em um universo distinto ao seu. Nesse sentido, os atores vinculados às atividades turísticas que desenvolvem o papel de “acolher”, partilham de seu cotidiano com o estrangeiro, permitindo que através da hospitalidade seja possível apresentar ao



estranho, traços culturais locais. Essas tradições, quando manifestadas, criam a possibilidade de acesso aos signos tradicionais, que revelam aspectos simbólicos das relações sociais. Muitas das manifestações culturais populares são reproduzidas através das festas. Em muitas cidades turísticas as festas típicas são as formas mais tradicionais da representação da cultura local.

Considerando que a hospitalidade é a interação entre seres humanos com seres humanos em tempos e espaços planejados para essa interação (CAMARGO, 2004), Bueno (2004) diz constituírem as festas “um cenário importante e atraente da cultura e, por isso, oferecem um espaço e um momento extremamente favorável ao acolhimento”, principalmente porque nada na sociedade atual favorece tais encontros devido à fragmentação do espaço urbano e o estilo de vida que comprometem a convivialidade e empobrece as relações (BUENO, 2004). Nesse sentido, a festa torna-se uma possibilidade de acesso a complexidade social na qual ela se inscreve onde seria possível revelar alguns dos aspectos simbólicos contidos em uma sociedade. Chianca (2006), afirma que os estudos voltados a compreender as construções sociais tem sido proveitosos quando feitos sob a perspectiva de fazê-los através da festa.

Toda festa permite uma análise sócio-histórica e etnográfica, ressaltando sua relevância como elemento da memória individual e coletiva e favorece a alimentação dos laços sociais. Dessa forma, fica visível a aura envolvente da festa no sentido de contagiar anfitriões e convidados. Segundo Amaral (1998), a festa pode ser classificada como um fato social, uma vez que, de certa forma, impõe a participação popular por uma pressão coercitiva da coletividade (AMARAL, 1998).

É nesse cenário de participação popular, no qual acontece o acolhimento do visitante. O espaço acolhedor propiciado pela festa é a dádiva do espaço no qual os atores sociais “mostram a sua cara” e se deixam conhecer com ou sem fantasias, o que permite a fuga da realidade cotidiana. Para Bueno (2004), os atores sociais, nesse caso, apresentam-se fora de contradições e dificuldades da vida contemporânea e são colocados em um espaço diferenciado. Como Le Goff e Nora (1993) indicam, as “comemorações” têm um lugar na memória coletiva e na História, pois somos “feitos de lembranças”. Ao conceber a festa como lugar de memória revivida e ritualizada no



processo de identificação dos indivíduos e do grupo, revela-se a importância do grupo para a sociedade na qual está inserido (LE GOFF, 2003, p. 25).

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 5). Por isso, as festas são tão importantes para afirmar os costumes de um povo, evidenciando aos demais as peculiaridades de sua história e de suas crenças. Para Bueno (2008) as festas, em especial as festas comunitárias, abrem espaço no interior da sociedade para uma participação ativa e representa uma forma privilegiada de lazer, pois, além do clima de descontração cria um espaço essencial para fortalecer e nutrir a rede de relações sociais.

Os rituais festivos são capazes de resgatar a identidade de um povo e fazer com que os símbolos implícitos sejam apresentados como forma de valorizar e perpetuar os códigos existentes. Além disso, a festa tem o papel conciliador, que integra a comunidade para um único fim. Para RIBEIRO (2006, p. 85), a representação pode ser pensada como algo que permite “ver o que está ausente” ou como “exibição de uma presença”. Referindo-se aos estudos de Amaral (1998), Bueno (2004) diz ser a festa um ato capaz de apreender o sentido da cidadania que proporciona um despertar da consciência coletiva. Dessa maneira, é possível dizer que a festa, pelo espaço acolhedor que cria, facilita a inclusão dos indivíduos no coletivo, propiciando-lhes um espaço simbólico para a representação de seus sonhos, seus anseios e suas angústias. A própria definição social de festa remete a um palco no qual se defrontam as diferentes interpretações do ato de viver em sociedade (GUARINELLO, 2001, p.970). A troca de determinados valores, através da festa que ocorre entre visitado e visitante proporciona uma enorme riqueza de conhecimentos, modificando sua visão de mundo e acrescentando valores inconfundíveis ao relacionamento humano. A dimensão dessas mudanças e transformações permite novas configurações sociais e culturais. A influência provocada pelas interações, que ocorrem em localidade de grande vocação turística e por que não dizer também nas festas, refere-se ao modo de vida dos

moradores, à expressão lingüística, à gastronomia, aos hábitos de entretenimento (GRINOVER, 2002, p.28).

### ***Cultura folclórica cearense e o reabastecimento dos laços sociais***

O estado do Ceará apresenta uma enormidade de festas tradicionais, representadas por elementos que caracterizam e fortalecem a identidade cultural. Geertz (2002) destaca que os eventos tradicionais podem ser vistos também como instrumentos de interpretação da comunidade, levando o povo a ter um contato direto com fatos históricos e recriar eventos ou modos de vida, aumentando o seu conhecimento e apreço às tradições e à sua própria identidade etnográfica (Geertz, 2002). A formação etnográfica e cultural do cearense está relacionada à obra do índio e do europeu e por isso, se explica que a quase totalidade das manifestações do folclore não possuem procedência africana.

Segundo Thompson (2001, p. 163-165), tradição possui um significado de um *traditum* – isto é, qualquer coisa que é transmitida ou trazida do passado, e que de alguma maneira se tornam vivenciados ao longo dos anos dentro de uma comunidade. Da mesma maneira, pode-se compreender que toda tradição é uma busca de se manter viva a memória coletiva de um povo. Segundo Le Goff (1990, p. 477), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Neste sentido, na constante tentativa de se preservar a memória de um local, eventos que busquem reviver o passado são repletos de valor, seja este simbólico ou cultural, e por isso devem ser preservados. Sobre esta relação entre passado e presente, Henry Rousso (s.d.) afirma que esta união se modifica segundo a dinâmica da realidade de cada tempo, e indica que a memória é um elemento a mais na construção e na restauração do sentido de identidade, reconhecimento e estima do grupo de pessoas.

A memória (...) é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, p. 94-95, s.d.).

Ao se pensar na memória de um povo, consideram-se fundamentais os movimentos sociais de manutenção de heranças históricas, onde toda a população se une em busca de um só objetivo. Para que isso ocorra, “a memória coletiva só pode existir enquanto vivência, isto é, enquanto prática que se manifesta no cotidiano das pessoas” (ORTIZ, 1994, p. 133), prática viva e, portanto dinâmica. Como exemplo de manifestação de memória do povo cearense, podemos citar a Literatura de Cordel, poesia popular, originalmente oral, que e depois passou a ser impressa em folhetos rústicos, expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis. Essa tradição permite que assuntos palpitantes sejam versejados por poetas sertanejos que os publicam em folhetos, muitas vezes capeados de xilogravuras referentes aos temas tratados. Como a maioria dos sertanejos é analfabeta, os cordéis são lidos nas feiras populares por um declamador. A xilogravura, que muitas vezes ilustra o cordel é um artifício gráfico colocado nas capas dos folhetos. A técnica consiste em esculpir um desenho tradicional em um pedaço de madeira, em alto relevo, sobre o qual o papel da capa é prensado com tinta. É um processo muito parecido com um carimbo. É uma obra de arte primitivista, que representa itens do artesanato e do folclore nordestino. Esses movimentos são marcados pela participação popular e pela demonstração da importância sobre as tradições que resguardam a memória do nordeste brasileiro. Nos momentos em que há a representação de práticas tradicionais como essas, existe a afirmação cultural das raízes sociais e a permissão para o contato com os primórdios da organização comunitária.

É importante destacar em festas e representações populares os elementos e objetos que caracterizam traços culturais e representam o passado de um povo. No festejo “Cabaçais do Cariri”, é comum encontrarmos homens que tocam a zabumba, tambores e os pífaros – instrumentos característicos do nordeste. Nesse festejo, preparado pela comunidade, os homens dançam e cantam em ritmo forte e passeiam pelas ruas, com a intenção de que as mulheres saiam às ruas para verem o cortejo passar. Outro exemplo para a observação dos elementos representativos da cultura cearense é o “Côco” – ritmo com influência africana e indígena é uma dança de roda acompanhada de cantoria e executada em pares, fileiras ou círculos durante festas populares do sertão nordestino. Recebe várias nomenclaturas diferentes, como *côco-de-roda*, *côco-de-embolada*, *côco-de-praia*, *côco-do-sertão*, *côco-de-umbigada*, e ainda

outros o nominam com o instrumento mais característico da região em que é desenvolvido. Cada grupo recria a dança e a transforma ao gosto da população local. Na praia de Majorlândia, município de Aracati, no Ceará, o côco é apresentado ao som de caixas, pandeiros, ganzás, íngonos. Homens e mulheres reúnem-se em roda, com um solista no centro, fazendo passos ritmados. O côco é um exemplo de festa que reúne a população local desde sua organização, com o papel de evidenciar a importância da afirmação cultural local e ao mesmo tempo preserva as alianças comunitárias. Nesses festejos, muitos turistas são convidados a participar como espectadores.

Em alguns festejos é possível observar referências às principais atividades econômicas tradicionais da região. Exemplos dessas manifestações são: a Vaquejada e o Bumba-meu-boi. A Vaquejada, em princípio, era um termo que designava a atividade tradicional pecuarista. Hoje a Vaquejada é realizada em algumas fazendas nordestinas, como um espetáculo competitivo. Os vaqueiros vestem-se a caráter e tentam derrubar o boi com um laço em competição com outros vaqueiros. O bumba-meu-boi, também conhecido como pavulagem é uma dança, que envolve personagens humanos e animais. A festa demonstra sempre o contraste entre a fragilidade do homem e a força bruta de um boi. O boi é a figura central, produzido em um arcabouço de madeira coberto de pano ordinário e colorido, comandado por uma pessoa que, no desenrolar do drama pula, dança e berra. Quase todos os municípios cearenses encenam o folguedo, que deriva da tradição portuguesa e espanhola. Esse costume foi retomado no Brasil pelos jesuítas em sua obra de evangelização dos indígenas e negros. Muitos turistas são atraídos por esses eventos que caracterizam o segmento “cultural”. Muitos são os visitantes que querem presenciar as manifestações populares e conhecer empiricamente o folclore popular representados pela memória de um povo.

Segundo Pollak (1992, *apud* BATISTA, 2006, p. 29), a memória é um elemento que constitui o sentimento de identidade individual e coletiva, na medida em que “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si”. Faz sentido afirmar, assim, que a memória coletiva, vivida através dos seus patrimônios, é um elemento essencial para a construção da identidade de um povo, atuando como um elo que une a população e a sua história. Compreender determinado patrimônio histórico-cultural como responsável

por representar o passado é uma tentativa de se compreender a própria identidade de um povo. A partir dessa análise, podemos observar o festejo ilustrado com a Dança de São Gonçalo – manifestação cearense que constitui parte integrante da bagagem cultural do colonizador lusitano, representado pelo culto a São Gonçalo do Amarante, santo popular em Portugal, e que foi introduzida no Brasil, sendo, talvez, um dos ritmos mais difundidos do catolicismo rural brasileiro. Nesse caso, o festejo religioso faz questão de resgatar as influências dos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, referência cultural nordestina. No município de São Gonçalo do Amarante, a dança é realizada durante a festa do santo padroeiro e apresentada em nove cenas. São Gonçalo é cultuado pelos cearenses e representa o protetor dos violeiros e das donzelas casamenteiras.

Outra festa cearense muito popular, que envolve a comunidade em sua preparação é o “Pastoril” – festa de encenações dos dramas litúrgicos, popularizados, das festas natalinas. São apresentados vários atos, chamados “jornadas”, começando com a presença do anjo anunciando a concepção de Maria. Mais um exemplo de festa religiosa cearense é o “Pau-da-bandeira”, anualmente realizada próximo à comemoração do Dia de Santo Antônio. Um enorme tronco de árvore, antecipadamente escolhido, é conduzido ao pé da serra do Araripe até a Igreja da cidade, por mãos de fortes caboclos. À passagem do séquito, mulheres solteiras procuram tocar no tronco que passa, debaixo da crença segundo a qual caso consiga, cedo casará. É uma festa a que todo o Cariri comparece, pelo sabor de tradição que o espetáculo mostra e atrai muitos turistas à cidadezinha. O evento religioso é um instrumento utilizado pela Igreja para se tornar viva na memória dos seus fiéis. A partir do momento em que esta vivência alcança também os turistas, estas celebrações passam a fazer sentido não apenas para os moradores, mas também para aqueles os visitantes através de práticas de fé que muitas vezes estão repletas de significados históricos e culturais. Assume-se aqui a prática turística enquanto um exercício onde são realizadas trocas simbólicas.

### ***Considerações Finais***

O patrimônio cultural imaterial constitui a identidade e a história de um povo e traduz-se por uma série de manifestações, notadamente de natureza fluida e imaterial, que comporta variadas formas de saber, fazer, criar, juntamente com o produto material

de suas expressões. A valorização do patrimônio cultural imaterial de uma localidade pode contribuir para o fortalecimento de sua identidade, e aliada à atividade turística, pode promover a preservação das festas e ritos populares e com isso favorecer o desenvolvimento comunitário por meio da atividade turística. Como resultado desse artigo, conclui-se que o patrimônio cultural imaterial pode ser utilizado como recurso turístico para reforçar a identidade local, desde que exista o equilíbrio entre os interesses da comunidade e os do mercado. O patrimônio imaterial atualmente é um recurso cada vez mais incorporado aos circuitos comerciais, gerando benefícios materiais e simbólicos além de ser uma alternativa de preservação da cultura folclórica.

O patrimônio imaterial acompanha a dinâmica dos bens culturais e constitui uma construção humana contínua. Essas transformações são capazes de revigorar o duplo valor dos bens culturais e fornecem à comunidade uma sensação de continuidade e de respeito às gerações anteriores. Assim, o envolvimento e comprometimento da comunidade como principal guardião de seu patrimônio garantem uma arrumação equilibrada dos bens e serviços culturais que têm valor cultural, simbólico, afetivo e econômico com a geração de recursos econômicos. O patrimônio imaterial representado pelas festas e folguedos populares são organizados com participação comunitária, propiciando a integração para o movimento de grupos com um objetivo comum. Esses grupos são motivados e cativados pelo processo de planejamento e implementação das ações e passam a trabalhar durante o ano todo em função dos preparativos da festa. Por isso, essas manifestações representam mais que uma simples comemoração; esses eventos tornam-se objetos de materialização de sua identidade.

A relação entre patrimônio e o turismo no Ceará é um importante fator de valorização e conservação do patrimônio imaterial, por trazer benefícios econômicos para a comunidade promovendo o interesse da mesma, na sua conservação. O turismo, ao promover o encontro entre os visitantes e os anfitriões, contribui para o fortalecimento da identidade cultural e atua como elemento externo de transformação. O patrimônio cultural imaterial pode ser utilizado como recurso turístico e ao mesmo tempo reforçar a identidade e os vínculos locais. Isso é viável na medida em que o patrimônio imaterial se apresente dinâmico, revitalizado, proporcionando ao turista uma experiência satisfatória e, capaz de promover desenvolvimento socioeconômico.

## Referências

- AMARAL, Rita de Cássia (1996). **Cidade em Festa. Textos de antropologia urbana**. São Paulo, EDUSP.
- BATISTA, Cláudio Magalhães. **Memória e Identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Caderno Virtual de Turismo, 2006.
- BRANDÃO, Vera Maria A. T. (1999). **Memória, cultura, projeto de vida**.
- BUENO, Marielys. **Lazer, Festa e Festejar**. Revista Cultur: Revista de Cultura e Turismo. Ano 2, nº 2, 2008.
- BUENO, Marielys Siqueira. **Festa: A dádiva do espaço**. Mimeografado, 2004.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti. BUENO, Marielys Siqueira (orgs). **Hospitalidade: Cenários e oportunidades**. São Paulo: Editora Thomson, 2003.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação liberdade/Ed.Unesp, 2001.
- CHIANCA, Luciana. **A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX**. Natal: EdUFRN, 2006
- CHUVA, Márcia. Patrimônio imaterial: práticas culturais na construção de identidades de grupos. IN: **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG.2002.
- COSTA, Elenice (2000). **“As festas populares e a identidade cultural”**. Revista Extraprensa nº 8 outubro, São Paulo.
- DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento**
- FUNARI, Pedro Paulo e PALEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.
- FURLAN, Oswaldo Antônio (2000). **“A festa como objeto de estudo: uma introdução”**. São Paulo, Revista Extraprensa nº 8 outubro.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- GOMES, Mariana Elias. **A Semana Santa em Mariana, MG: estudo da relação entre patrimônio imaterial e turismo**. Santa Catarina, 2008
- GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- GRAMMONT, Anna Maria de. **A construção do conceito de Patrimônio Histórico: restauração e cartas patrimoniais**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural - PASOS. Vol. 4. 2006. IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.iepha.mg.gov.br/sobre\\_cultura.htm](http://www.iepha.mg.gov.br/sobre_cultura.htm)> Acesso em: Out/06.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, István, KANTOR, Íris (orgs). **Festas: Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Editora USP, 2001.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. <http://www.iphan.gov.br>>.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- LONDRES, Maria Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: EFRJ/IPHAN, 1997.
- MELLO MORAIS FILHO, Alexandre José de. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1979
- MENEZES, Maria Aparecida de et alli. **O retorno para a festa**. *Travessia*, n. 7, ano III, mai.-ago./1990, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo *no Brasil*. São Paulo: Nobel / Instituto Italiano di Cultura di San Paolo-Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.
- OMT. **Introducción al turismo**. Madrid, 1998. ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol5, n. 10: 1992, p.200-212.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História oral. Na segunda metade dos anos cinquenta**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, (s.d.).
- SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.